



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com



Demonstrações Financeiras **Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

Sumário

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Scotiabank Brasil submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhados das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A Administração garante a capacidade financeira do Banco e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular BACEN nº 3.068.

Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria Executiva

Balço Patrimonial

em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		4.633.998	3.148.021	Circulante		3.615.879	1.681.433
Disponibilidades	4	24.224	168.180	Depósitos	12	217.524	351.561
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.417.195	1.398.392	Depósitos à vista		369	159
Aplicações no mercado aberto		2.346.947	1.202.036	Depósitos a prazo		217.155	351.402
Aplicações em depósitos interfinanceiros		70.248	196.356	Captações no mercado aberto	13	62.073	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		329.585	693.907	Carteira de terceiros		62.073	-
Carteira própria	3d, 6	278.734	338.175	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	927	-
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	23.170	93.905	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		927	-
Vinculados a prestação de garantias	3d, 6	27.681	261.827	Relações interdependências		15.497	-
Relações interfinanceiras		4	117	Recursos em trânsito de terceiros		15.497	-
Créditos vinculados:				Obrigações por empréstimos	15	1.839.393	705.144
Depósitos no Banco Central		4	4	Empréstimos no exterior		1.839.393	705.144
Correspondentes		-	113	Obrigações por repasses	16, 26a	589.421	3.985
Operações de crédito		719.195	254.021	Repasses do exterior		589.421	3.985
Operações de crédito Setor privado	3f, 9a	719.278	255.189	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	182.140	32.303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	(83)	(1.168)	Instrumentos financeiros derivativos		182.140	32.303
Outros créditos		1.143.311	632.904	Outras obrigações		708.904	588.440
Carteira de câmbio	10	1.190.571	672.011	Carteira de câmbio	10	604.001	506.353
Rendas a receber		-	5	Sociais e estatutárias		1.790	24
Negociação e intermediação de valores	3e, 7	5.845	1.178	Fiscais e previdenciárias	17	73.131	62.980
Diversos	11	30.246	30.520	Negociação e intermediação de valores	3e, 7	16.798	9.048
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	(83.351)	(70.810)	Diversas	18	13.184	10.035
Outros valores e bens		484	500	Exigível a longo prazo		1.284.967	1.632.388
Despesas antecipadas		484	500	Depósitos	12	96.402	970.117
Realizável a longo prazo		1.328.503	686.678	Depósitos a prazo		96.402	970.117
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		631.661	66.101	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	-	796
Carteira própria	3d, 6	109.457	3.485	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		-	796
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	15.466	36.350	Obrigações por empréstimos	16	-	83.218
Vinculados a prestação de garantias	3d, 6	506.738	26.266	Empréstimos no exterior		-	83.218
Operações de crédito		615.399	543.667	Obrigações por repasses	16, 26a	581.130	496.110
Operações de crédito Setor privado	3f, 9a	615.399	545.978	Repasses do exterior		581.130	496.110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	-	(2.311)	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	537.177	34.979
Outros créditos		81.441	76.902	Instrumentos financeiros derivativos		537.177	34.979
Diversos	11	81.441	76.902	Outras obrigações		70.258	47.168
Outros valores e bens		2	8	Sociais e estatutárias		-	333
Despesas antecipadas		2	8	Fiscais e previdenciárias	17	41.664	17.879
Permanente	3h	5.674	3.479	Diversas	18	28.594	28.956
Investimentos		6	6	Resultados de exercícios futuros		40	-
Outros investimentos		6	6	Resultados de exercícios futuros		40	-
Imobilizado de uso		5.438	3.143	Patrimônio líquido		1.067.289	524.357
Outras imobilizações de uso		15.967	12.894	Capital:			
Depreciações acumuladas		(10.529)	(9.751)	De domiciliados no exterior	20	796.879	321.121
Intangível		230	330	Reservas de lucros	20	261.876	202.828
Ativos Intangíveis		1.036	998	Ajustes de avaliação patrimonial	3d, 6	8.534	408
Amortizações acumuladas		(806)	(668)				
Total do ativo		5.968.175	3.838.178	Total do passivo		5.968.175	3.838.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

em 31 de Dezembro (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		143.825	524.946	277.220
Operações de crédito		33.590	181.629	75.559
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		82.853	159.552	172.880
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(13.502)	99.049	27.683
Resultado de operações de câmbio		40.884	84.716	1.098
Despesas da intermediação financeira		(72.901)	(376.169)	(220.538)
Operações de captação no mercado		(15.510)	(52.578)	(147.827)
Operações de empréstimos e repasses		(60.798)	(314.446)	(24.906)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9d	3.407	(9.145)	(47.805)
Resultado bruto da intermediação financeira		70.924	148.777	56.682
Outras receitas (despesas) operacionais		(21.776)	(42.252)	(45.786)
Receitas de prestação de serviços		18.212	38.531	35.293
Despesas de pessoal		(29.494)	(54.047)	(48.160)
Outras despesas administrativas		(11.960)	(22.021)	(20.262)
Despesas tributárias		(7.840)	(16.565)	(7.427)
Outras receitas operacionais	26a	10.018	13.260	11.868
Outras despesas operacionais		(712)	(1.410)	(17.098)
Resultado operacional		49.148	106.525	10.896
Resultado não operacional		(7)	(19)	(68)
Resultado antes da tributação e participações no lucro		49.141	106.506	10.828
Imposto de renda e contribuições sociais	21	(21.601)	(45.544)	(8.340)
Provisão para imposto de renda		(7.203)	(24.907)	(13.912)
Provisão para contribuição social		(5.697)	(15.717)	(9.653)
Ativo fiscal diferido		(8.701)	(4.920)	15.225
Participações no lucro		(1.914)	(1.914)	(358)
Lucro líquido do semestre/exercícios		25.626	59.048	2.130
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		6,09	14,04	0,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2018	2018	2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		33.779	61.215	42.455
Lucro líquido do semestre/exercícios		25.626	59.048	2.130
Ajustes ao lucro líquido		8.153	2.167	40.325
Despesa (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9d	(2.616)	(3.396)	2.303
Despesa (reversão) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9d	(791)	12.541	45.502
Depreciações e amortizações		503	1.015	1.114
Perda na baixa de imobilizado de uso		-	3	7
Impostos diferidos		10.554	(8.805)	(9.760)
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	19d	503	809	1.159
Varição de ativos e obrigações		862.857	33.570	(27.334)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(105.377)	(307.517)	(707.433)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		130.011	458.923	988.892
Reversão (aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		-	-	9
Redução em relações interfinanceiras		-	113	2.166
Redução (aumento) em relações interdependências		15.497	15.497	(437)
Redução (aumento) em operações de crédito		53.666	(533.510)	(474.204)
Redução (aumento) em outros créditos		(652.232)	(532.407)	259.909
Redução em outros valores e bens		519	22	103
(Redução) em depósitos	12	(220.539)	(1.007.752)	(87.212)
Aumento em captações no mercado aberto	16	21.570	62.073	-
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		68	131	(81.505)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	14, 15	1.119.853	1.721.487	(25.625)
Aumento em outras obrigações		499.781	156.470	98.194
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros		40	40	(191)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		896.636	94.785	15.121
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(2.407)	(3.175)	(1.085)
Aplicações no ativo intangível		(38)	(38)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.445)	(3.213)	(1.085)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	20	843	475.758	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		843	475.758	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		895.034	567.330	14.036
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		531.435	859.139	845.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	1.426.469	1.426.469	859.139
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		895.034	567.330	14.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	321.121	18.948	181.750	111	-	521.930
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	297	-	297
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.130	2.130
Destinações:						
Reserva legal	-	106	-	-	(106)	-
Reservas estatutárias	-	-	2.024	-	(2.024)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	321.121	19.054	183.774	408	-	524.357
Saldos em 1º de janeiro de 2018	321.121	19.054	183.774	408	-	524.357
Aumento de capital	20 475.758	-	-	-	-	475.758
Ajustes de avaliação patrimonial	6b -	-	-	8.126	-	8.126
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	59.048	59.048
Destinações:						
Reserva legal	-	2.953	-	-	(2.953)	-
Reservas estatutárias	-	-	56.095	-	(56.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289
Saldos em 1º de julho de 2018	796.036	20.725	183.774	(5.891)	31.751	1.026.395
Aumento de capital	20 843	-	-	-	-	843
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	14.425	-	14.425
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	25.626	25.626
Destinações:						
Reserva legal	20 -	1.282	-	-	(1.282)	-
Reservas estatutárias	20 -	-	56.095	-	(56.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá. A empresa Scotiabank Participações e Serviços Ltda. ("SPS"), que tinha como controladores os mesmos acionistas do Banco, deixou de atuar como escritório de representação do BNS no Brasil desde a aquisição do Banco em 2011, reduzindo notadamente suas atividades operacionais. Com o objetivo de otimização dos processos de controle da empresa, decidiu-se pela sua incorporação no Banco em 2018 (notas 20 e 22" c").

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 08 de fevereiro de 2019. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: **a) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo

valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como na negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais tem os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreçamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do spread de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos pela Resolução CMN nº 2.682 (nota 3 "g"). No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A., corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em bal-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

ção, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. **f) Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **h) Permanente:** Demonstra pelos seguintes aspectos: • **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável; • **Imobilizado de uso:** correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; • **Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **i) Redução ao valor recuperável:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificadas perdas por *impairment*. **j) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos. **k) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável. Como estabelecido pela Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social das instituições financeiras aumentou de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15%, a partir de 1º janeiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Os créditos tributários foram constituídos considerando a alíquota da contribuição social de 15%, estabelecida pela Lei nº 13.169/15. Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e

projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 21 "c"). **l) PIS e CO-FINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **n) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do exercício em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 23). **o) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 24).

4. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Disponibilidades	24.224	168.180
Aplicações no mercado aberto	1.331.997	494.603
Aplicações em depósitos interfinanceiros	70.248	196.356
Total	1.426.469	859.139

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

LFT
NTN
LTN

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Depósitos interfinanceiros

Total

	2018			2017	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	1.331.997	511.882	503.068	2.346.947	1.202.036
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	244.037
	1.331.997	-	-	1.331.997	-
	-	511.882	503.068	1.014.950	957.999
Total	70.248	-	-	70.248	196.356
	70.248	-	-	70.248	196.356
Total	1.402.245	511.882	503.068	2.417.195	1.398.392

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes: **a) Títulos para negociação**

	2018					2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	2.000	51.529	11.986	144	-	65.659	65.578	182.894	182.133
NTN	7.784	-	1.242	879	764	10.669	10.622	121.299	120.943
Subtotal	9.784	51.529	13.228	1.023	764	76.328	76.200	304.193	303.076
Vinculados a prestação de garantias									
LTN	-	-	27.681	-	-	27.681	26.908	77.816	77.632
Subtotal	-	-	27.681	-	-	27.681	26.908	77.816	77.632
Total	9.784	51.529	40.909	1.023	764	104.009	103.108	382.009	380.708
b) Títulos disponíveis para venda									
Carteira própria									
LTN	-	-	199.949	-	-	199.949	199.967	10.824	10.783
NTN	-	-	-	109.457	-	109.457	106.213	-	-
Subtotal	-	-	199.949	109.457	-	309.406	306.180	10.824	10.783
Vinculados a prestação de garantias									
LTN	-	-	-	480.324	-	480.324	469.326	184.011	183.310
Cotas de fundo de investimento	26.414	-	-	-	-	26.414	26.414	26.266	26.266
Subtotal	26.414	-	-	480.324	-	506.738	495.740	210.277	209.576
Total	26.414	199.949	589.781	-	-	816.144	801.920	221.101	220.359

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

c) Títulos mantidos até o vencimento

Carteira própria	2018		2017	
	Até 3 meses	Custo atualizado/contábil	Custo atualizado/contábil	
Debêntures	2.457	2.457	26.643	
Total	2.457	2.457	26.643	

Em 31 de dezembro de 2018, o custo atualizado/contábil está deduzido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 335 (2017 - R\$ 9.450) e o valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento representa R\$ 2.782 (2017 - R\$ 36.804) (nota 3 "d"). Os títulos públicos federais encontram-se custodiados na SELIC, as debêntures e as cotas de fundo de investimento no B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
Futuros	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)
Posição comprada	9.332.210	(12.824)	4.872.015	(7.734)
DI	544.936	301	311.626	150
DDI	8.519.913	(12.092)	3.738.774	(7.674)
Dólar	267.361	(1.033)	821.615	(210)
Posição vendida	739.909	2.111	1.230.468	741
DI	253.685	(5)	289.639	(46)
DDI	271.490	1.046	940.829	787
Dólar	214.734	1.070	-	-
Swap cambial com ajuste periódico (SCS)	58.093	(224)	558.765	(867)
Dólar	58.093	(224)	558.765	(867)

Em 31 de dezembro de 2018, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 16 (2017 - R\$ 10), referente a comissões e corretagens a liquidar junto ao B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2018		2017	
	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
Swap	Valor referencial	Valor líquido	Valor referencial	Valor líquido
Posição ativa	6.793.435		4.193.054	
CDI	6.793.435	6.793.435	4.084.046	3.976.821
Dólar	-	-	109.008	-
Ajustes prudenciais (i)		(31)		(132)
Posição passiva	(7.488.445)		(4.122.266)	
CDI	-	-	(107.225)	-
Dólar	(7.488.445)	(7.488.445)	(4.015.041)	(3.906.033)
Termo de moedas				
Posição ativa	484.123		597.501	
Dólar	369.143	252.586	377.018	156.564
Prefixado	114.980	-	220.483	-
Ajustes prudenciais (i)		(2)		-
Posição passiva	(469.761)		(605.090)	
Dólar	(116.557)	-	(220.454)	-
Prefixado	(353.204)	(238.224)	(384.636)	(164.153)
Total do valor líquido		(680.681)		63.067

(i) Vide Nota 3 "e".

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco tinha operação de swap cambial com ajuste periódico a termo, cujo valor referencial era de R\$ 81.009 (2018 - zero) e ajuste a pagar de R\$ 94.

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018				2017	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros	633.427	2.420.037	524.196	6.552.552	10.130.212	6.661.248
Swap	(28.612)	(76.343)	(67.818)	(522.268)	(695.041)	70.656
Operações a termo	2.587	3.482	7.734	557	14.360	(7.683)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim compostos:

	2º Semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Futuros	99.543	675.613	(187.206)	
Swap	(117.694)	(592.186)	233.804	
Operações a termo	4.649	15.622	(18.915)	
Total	(13.502)	99.049	27.683	

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados no B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos: Administração de Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de Riscos de Mercado e Liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais

e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR* - *Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193. **Administração de Risco de Crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 2.844, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e me-

didias de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado).

9. Operações de Crédito - a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo:

	2018				2017
	A vencer				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	
Setor privado					
Cédula de crédito bancário (CCB)	5.497	123.142	34.179	162.818	237.622
Indústria	-	48.376	-	48.376	81.850
Comércio	5.497	14.418	4.179	24.094	43.348
Outros serviços	-	60.348	30.000	90.348	112.424
Nota de crédito à exportação (NCE)	393.873	195.639	581.220	1.170.732	561.468
Indústria	393.873	195.639	581.220	1.170.732	500.186
Outros serviços	-	-	-	-	61.282
Financiamento para importação	1.127	-	-	1.127	2.077
Comércio	1.127	-	-	1.127	2.077
Exportação - ACC	268.199	269.669	-	537.868	104.276
Indústria	268.199	269.669	-	537.868	104.276
Rendas a receber de ACC	3.354	1.509	-	4.863	1.015
Indústria	3.354	1.509	-	4.863	1.015
Exportação - ACE	33.383	-	-	33.383	53.836
Indústria	33.383	-	-	33.383	53.836
Rendas a receber de ACE	359	-	-	359	222
Indústria	359	-	-	359	222
Variação cambial sobre ACC/ACE (i)	6.471	6.875	-	13.346	7.248
Indústria	6.471	6.875	-	13.346	7.248
Recebíveis	-	-	-	-	9.214
Comércio	-	-	-	-	9.214
Total	712.263	596.834	615.399	1.924.496	976.978

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no saldo da moeda estrangeira de Adiantamentos sobre contratos de câmbio Exportação - Letras a entregar (ACC) e Exportação - Letras entregues (ACE), convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Banco não teve operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração do risco de crédito:

	2018	2017
Principal devedor	1.170.732 (i)	500.186
Percentual sobre o total da carteira de crédito	60,8%	51,2%
20 maiores devedores	1.924.496	976.978
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

(i) Vide nota 26 "a".

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível de Risco	% de Provisão	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
		2018	2017	2018	2017
AA	0,0%	1.734.524	723.108	-	-
A	0,5%	71.289	58.182	(356)	(291)
B	1,0%	-	61.282	-	(613)
C	3,0%	-	33.385	-	(2.671)
G	70,0%	118.683	101.021	(83.078)	(70.714)
Total		1.924.496	976.978	(83.434)	(74.289)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldos no início dos exercícios	(74.289)	(26.484)
Constituição de provisão	(13.374)	(147.455)
Reversão de provisão	4.229	99.650
Saldos no final dos exercícios	(83.434)	(74.289)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de créditos renegociados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 218.827 (2017 - R\$ 202.268). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

10. Carteira de Câmbio - Circulante

	2018	2017
Câmbio comprado a liquidar	983.919	423.019
Direitos sobre vendas de câmbio	201.430	247.755
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	5.222	1.237
Total	1.190.571	672.011

	2018	2017
Câmbio vendido a liquidar	201.421	248.055
Obrigações por compra de câmbio	973.831	416.410
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(571.251)	(158.112)
Total	604.001	506.353

11. Outros Créditos - Diversos

	2018	2017
Créditos tributários - IRPJ e CSLL (nota 21 "b")	47.826	52.746
Dépósitos judiciais (nota 19 "d")	37.132	35.812
Antecipação de IRPJ e CSLL	17.812	8.466
Valores a receber de sociedades ligadas	7.678	832
Outros	1.239	352
Recebíveis	-	9.214
Total	111.687	107.422
Ativo circulante	30.246	30.520
Realizável a longo prazo	81.441	76.902

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

12. Depósitos

	2018				2017	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Depósitos à vista	369	-	-	-	369	159
Depósitos a prazo	-	22.033	195.122	96.402	313.557	1.321.519
Total	369	22.033	195.122	96.402	313.926	1.321.678

Em 31 de dezembro de 2018 o percentual médio das captações dos depósitos é 100,1% do DI.

13. Captações no Mercado Aberto: Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possui obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação no montante de R\$ 62.073 (2017 - zero) com vencimento até maio de 2019 e taxa de 6,58%.

14. Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares: Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possui obrigação por emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 927 (2017 - R\$ 796) com vencimento até fevereiro de 2019 e taxa de captação de 16,2% ao ano.

15. Obrigações por Empréstimos: As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 1.839.393 (2017 - R\$ 788.362) estão representados, basicamente, por aplicações destinadas a financiamentos a exportação, com vencimentos até dezembro de 2019. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 2,27% a 2,69% ao ano.

16. Obrigações por Repasses: As obrigações por repasses no exterior no montante de R\$ 1.170.551 (2017 - R\$ 500.095) estão representados, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até junho de 2020. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 2,51% a 3,51% ao ano.

	2018	2017
17. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar (nota 21 "a")	54.349	18.100
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos (nota 21 "b")	43.819	52.190
Impostos e contribuições a recolher	16.627	10.569
Total	114.795	80.859
Passivo circulante	73.131	62.980
Exigível a longo prazo	41.664	17.879
18. Outras Obrigações - Diversas		
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas (nota 19 "d")	26.481	25.672
Salários, gratificações e encargos sociais	12.547	12.268
Contas a pagar - despesas administrativas	2.677	688
Outras	73	363

d) Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2017		Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2018		Depósitos judiciais (i)	
	Constituição					2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	836	77	(26)	(252)	70	705	185	276	
Contingências fiscais	-	-	-	-	-	-	10.594	12.637	
Obrigações legais	24.836	174	-	-	766	25.776	26.353	22.899	
Total	25.672	251	(26)	(252)	836	26.481	37.132	35.812	

(i) Vide nota 11.

20. Patrimônio Líquido: O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (2017 - 2.221.627.157) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 01 de fevereiro de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento do capital social no montante de R\$ 474.915, representado por 1.978.812.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O processo foi aprovado pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2018. Em 29 de agosto de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado a incorporação da SPS no Banco, com aumento do capital social no montante de R\$ 843, representado por 4.446.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	104.592	104.592	10.470	10.470
Adições (exclusões) temporárias	25.730	25.730	46.182	46.182
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	25.870	25.870	(12.259)	(12.259)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.145	9.145	47.805	47.805
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	(9.115)	(9.115)	8.739	8.739
Outras	(170)	(170)	1.897	1.897
Adições (exclusões) permanentes	5.375	1.308	4.455	(1.744)
Base tributável	135.697	131.630	61.107	54.908
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(6.082)	(15.188)	(18.332)	(16.473)
Base tributável após a compensação	129.615	116.442	42.775	38.435
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(32.380)	(23.288)	(10.670)	(7.687)
Incentivos fiscais	1.319	-	257	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(31.061)	(23.288)	(10.413)	(7.687)
Crédito tributário	(1.247)	(3.673)	10.461	4.764
Passivo fiscal diferido	6.154	7.571	(3.499)	(1.966)
Total	(26.154)	(19.390)	(3.451)	(4.889)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização/Reversão	Saldo em 31/12/2018
Créditos tributários				
Refletido no resultado	52.746	7.201	(12.121)	47.826
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.580	-	(4.580)	-
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	10.266	401	(78)	10.589
Provisões indedutíveis	3.815	2.302	(2.411)	3.706

	2018	2017
Total	41.778	38.991
Passivo circulante	13.184	10.035
Exigível a longo prazo	28.594	28.956

19. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a) **Contingências ativas:** O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. b) **Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3 "m". O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 18), no exigível a longo prazo. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 31.141 (2017 - R\$ 29.911). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 10.459 (2017 - R\$ 10.041), decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.194 (2017 - R\$ 5.087) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 5.265 (2017 - R\$ 4.829), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. c) **Obrigações legais:** A provisão para contingência do processo principal no montante de R\$ 18.313 (2017 - R\$ 17.775), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

O processo foi aprovado pelo BACEN em 18 de dezembro de 2018 (notas 1 e 22"c"). A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O lucro auferido no exercício de 2018 foi transferido para reserva estatutária. **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	104.592	104.592	10.470	10.470
	25.730	25.730	46.182	46.182
	25.870	25.870	(12.259)	(12.259)
	9.145	9.145	47.805	47.805
	(9.115)	(9.115)	8.739	8.739
	(170)	(170)	1.897	1.897
	5.375	1.308	4.455	(1.744)
	135.697	131.630	61.107	54.908
	(6.082)	(15.188)	(18.332)	(16.473)
	129.615	116.442	42.775	38.435
	25%	20%	25%	20%
	(32.380)	(23.288)	(10.670)	(7.687)
	1.319	-	257	-
	(31.061)	(23.288)	(10.413)	(7.687)
	(1.247)	(3.673)	10.461	4.764
	6.154	7.571	(3.499)	(1.966)
	(26.154)	(19.390)	(3.451)	(4.889)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização/Reversão	Saldo em 31/12/2018
Créditos tributários				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.813	4.340	(780)	33.373
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	4.212	134	(4.212)	134
Provisão para ajustes prudenciais	60	13	(60)	13
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	11	-	11
Total	52.746	7.201	(12.121)	47.826

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização/Reversão	Saldo em 31/12/2018
Passivo fiscal diferido				
Refletido no resultado	(51.856)	(31.139)	44.864	(38.131)
Marcação a mercado de derivativos	(44.334)	(30.288)	44.334	(30.288)
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(530)	(361)	530	(361)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(6.992)	(490)	-	(7.482)
Refletido no patrimônio líquido	(334)	(5.688)	334	(5.688)
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(334)	(5.688)	334	(5.688)
Total	(52.190)	(36.827)	45.198	(43.819)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de Realização	Diferenças temporárias	Total
1º Ano	3.611	3.611
2º Ano	7.234	7.234
3º Ano	6.696	6.696
4º Ano	19.688	19.688
5º Ano	-	-
6º ao 10º Ano	10.597	10.597
Total	47.826	47.826
Valor Presente (i)	32.798	32.798

(i) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada. Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

22. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a) Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Disponibilidades	1.658	113	39.678	10.189
BNS	1.658	113	39.678	10.189
Carteira de câmbio - posição ativa	8.183	-	346	(429)
BNS	8.183	-	346	(429)
			01/01 a 01/01 a	31/12/2018 31/12/2017
			2018 2017	31/12/2018 31/12/2017
Ativo/(Passivo)	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas/(Despesas)	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/receitas (despesas) de prestação de serviços	7.678	832	37.509	34.936
BNS	4.649	698	33.466	29.804
Scotiabank & Trust (Cayman)	1.476	-	4.037	3.414
Scotiabank Inverlat (México)	1.031	134	6	1.718
Banco Colpatria (Colômbia)	522	-	-	-
Obrigações por empréstimos	(1.838.267)	(786.285)	(154.306)	15.880
BNS	(1.838.267)	(786.285)	(154.306)	15.880
Obrigações por repasses	(1.170.551)	(500.095)	(159.094)	(38.733)
BNS	(1.170.551)	(500.095)	(159.094)	(38.733)

Carteira de câmbio - posição passiva

BNS	(8.135)	-	(473)	-
	(8.135)	-	(473)	-

b) Remuneração da Administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 9.722 (2017 - R\$ 8.466), sendo formadas por R\$ 7.635 (2017 - R\$ 6.442), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 2.088 (2017 - R\$ 2.024), que representa remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **c) Incorporação Societária (i):** Em 2017, a Scotia Participações e Serviços Ltda. apresentava os montantes de: total de ativo R\$ 893, patrimônio líquido R\$ 802 e prejuízo do exercício R\$ 32. Os valores da incorporação em 2018 no Banco, estão apresentados a seguir:

Balanço resumido da empresa incorporada

Ativo	2018	Passivo	2018
Circulante e não circulante	925	Circulante e não circulante	82
Disponibilidades	745	Fiscais e previdenciárias	5
Não circulante	180	Não circulante	77
Outros créditos	180	Outras obrigações	77
		Patrimônio líquido	843
		Capital social	843
Total	925	Total	925

(i) Vide notas 1 e 20.

23. Pagamento Baseado em Ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada

na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 815 (2017 - R\$ 824) e a quantidade total de ações é de 8.602 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,192 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 407 (2017 - R\$ 436). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 1.609 (2017 - R\$ 2.889) e a quantidade total de ações é de 38.199 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,192 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.100 (2017 - R\$ 1.603). **c) Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 1.405 (2017 - R\$ 2.631) e a quantidade de ações é de 6.970 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,202 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.447 (2017 - R\$ 1.799).

24. Benefícios a empregado pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 859 (2017 - R\$ 765). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

25. Índice de Basileia e Limites Operacionais: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia com base nos diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o índice de Basileia do Banco é de 25,13% (2017 - 23,68%), respectivamente, o Patrimônio de Referência de R\$ 1.067.060 (2017 - R\$ 520.438) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 366.166 (2017 - R\$ 203.253). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes exercícios.

26. Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas: Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Operações de crédito				
NCE (nota 9 "a")	1.170.732	500.186	159.185	38.824

Obrigações por repasses

Repasses do exterior (nota 16)	(1.170.551)	(500.095)	(159.094)	(38.733)
Resultado líquido			91	91

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844. **b) Outras receitas operacionais:** Em 31 de dezembro de 2018, outras receitas operacionais referem-se substancialmente a rendas com atualização de impostos e depósitos judiciais e reversão de provisões operacionais. **c) Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter

segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com